USOS DO TERRITÓRIO BRASILEIRO NO SÉCULO XXI: NOTAS PARA A ANÁLISE DOS INVESTIMENTOS NA CONSTRUÇÃO NAVAL[1]

THE USES OF THE BRAZILIAN TERRITORY IN THE 20TH CENTURY: NOTES FOR THE ANALYSIS OF INVESTMENTS IN NAVAL CONSTRUCTION

César Augusto Avila Martins[2]

Resumo

Os projetos e ações estatais e privados em curso no Brasil desde o final do século XX ativaram o território e diversos setores da sociedade brasileira. Entre os diferentes setores considerados estratégicos e incentivados está a construção naval, sobretudo aquela vinculada às possibilidades do setor de petróleo e gás. As ações combinadas interna e externamente objetivam a autossuficiência energética e a produção de diferentes equipamentos navais. O artigo analisa algumas das transformações em curso com a organização de áreas de construção naval em diversos pontos do território brasileiro e as possibilidades abertas pela capacidade de movimentar volumosos investimentos e mobilizar diferentes setores sociais.

Palavras-chave: território; investimentos; construção naval

Abstract

Ongoing state and private projects and actions in Brazil have activated the territory and several sectors in the Brazilian society since the end of the 20th century. One of the strategic and encouraged sectors is naval construction, mainly regarding opportunities in the fields of petroleum and gas. Actions, which are matched internally and externally, have aimed at self-sufficiency in energy and the production

1 O texto é parte da pesquisa "Mudanças territoriais na estrutura agrária, empresarial, do trabalho e da morfologia urbana nos municípios da Aglomeração Urbana do Sul (AUS) do Rio Grande do Sul" realizada com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Edital MCT/CNPq 03/2008). Bolsista BEX em estágio de pós-doutorado da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no Departamento de Geografia da Universitat Autonoma de Barcelona.

2 Doutor em Geografia – UFSC. Professor ICHI – FURG.

of different naval equipment. This paper analyses some ongoing transformations resulting from the organization of naval construction areas in several spots in Brazil and the opportunities provided by the capacity to use huge investments and to affect different social sectors.

Key words: territory; investments; naval construction

Introdução

A primeira década do século XXI foi marcada pela retomada de investimentos públicos e/ou privados no Brasil que depois de cerca de duas décadas de baixo dinamismo ativaram, reativaram, criaram e recriam setores econômicos no território brasileiro.

Os números dos investimentos anunciados e executados são grandes em dólares, em toneladas, em profundidade e no número de empregos diretos e indiretos. E também nos possíveis impactos em relação às infraestruturas urbanas de saneamento, de habitação, de segurança e de mobilidade, assim como nos diferentes domínios naturais e suas unidades. A velocidade das mudanças dos diferentes índices e das taxas absolutas e relativas de algumas variáveis, por vezes tendencialmente não acompanham a minimização das desigualdades sociais e regionais.

O acionamento de capacidades ociosas, de oportunidades e a consolidação de blocos de poder com compromissos junto ao crescimento e o desenvolvimento nacional, instigam a elaboração de uma análise das dinâmicas de processos em diferentes escalas. Entre os planos e ações no Brasil estão aqueles capitaneados pelo Estado brasileiro, especialmente através da empresa Petróleo Brasileiro (PETROBRAS), ao organizar a pesquisa e prospecção de jazidas nas terras emersas e marítimas do território brasileiro, bem como da possibilidade de organização de áreas dotadas de condições para a produção e manutenção de equipamentos navais que formam um leque que vai de embarcações de passeio, pesca, transportes de diferentes cargas, pesquisa, prospecção e coleta de diferentes recursos, bem como de estruturas de extração de recursos minerais até finalidades militares. O texto está centrado, sobretudo, na estruturação de áreas para produção de equipamentos navais vinculados ao setor de petróleo e gás e objetiva analisar as transformações em curso com projetos e ações es-

tatais que tendem a descentralizar a produção historicamente concentrada ao redor da Baia da Guanabara. Este objetivo é articulado com a formulação que os projetos e ações setoriais podem compor uma possibilidade de minimização das desigualdades sociais e territoriais.

O artigo está estruturado em três blocos. No primeiro bloco são delineados os pressupostos do entendimento da dinâmica da formação social brasileira à luz dos usos do território durante a evolução e uso das diversas fontes energéticas que serão apresentadas no segundo bloco. No terceiro bloco, apresentam-se alguns dos desdobramentos das políticas de desenvolvimento econômico do começo do século XXI com suas consequências para o projeto de descentralização da produção de equipamentos navais que inclusive darão apoio à exploração das jazidas de petróleo, gás e outros minerais identificados no Brasil.

1. A formatação da investigação

Em um período marcado por exercícios de previsões de cenários com cifras distintas que oscilam das crises permanentes às suas redenções: como o território é condicionante e condicionado pelos diferentes processos forjados pelos planos e ações de distintos agentes nas diversas escalas, entendendo-se o território através dos seus usos (SANTOS e SILVEIRA, 2001)? A formulação básica é que a alavancagem das forças produtivas está em relação combinada e contraditória com as relações sociais articulando processos que são substanciados mundialmente em diferentes escalas, pois os processos são escalares (VAINER, 2001) e produzem e são produzidos por diferentes agentes que, com seus projetos e tensões, ativam e são ativados pelos e com os territórios. Daí o significado dos projetos políticos que apostam nas capacidades ociosas e instaladas que possam ser animadas para inserções e exclusões de classes e estratos sociais nos processo de crescimento e de desenvolvimento.

A formulação advoga a distinção entre modo de produção e a sua viabilização ao longo do tempo nas diferentes formações econômicas e sociais (LEFEBVRE, 1978b; SANTOS, 1982) e a dificuldade em "captar a enorme diversidade dos processos históricos que moldaram a realidade" (FURTADO, 2005, p. 17). A viabilização das relações entre os diversos agentes são constituídas e se constituem

historicamente a partir de planos e ações que determinam e são determinadas pelos usos do território. Os conteúdos e as formas produzidas estão em constante mutação conflituosa, onde a ciência, a técnica e a informação são determinadas e determinantes na capacidade de negociação, proposição e imposição de determinados agentes. Assim, as formações econômicas e sociais submetidas às lógicas gerais de funcionamento do sistema-mundo (WALLERSTEIN, 2009) e embebidas nas inovações técnicas, científicas e informacionais (ROSEMBERG, 2006; SANTOS, 1991) são produzidas e são resultado dos usos dos territórios. Portanto, interessa estudar não apenas o território, mas os usos realizados por determinados agentes em uma dada formação social e econômica, onde o Estado Nacional é central no atual período histórico. Na Geografia, Milton Santos delineou, nas décadas de 1970 e 1980, o projeto para compreender a formação econômica e social brasileira no meio técnico-científico-informacional, pois a "a formação socioespacial e não o modo de produção constitui o instrumento mais adequado para entender a história e o presente de um país" (SANTOS, 1996, p. 107), ao articular a História e o funcionamento da sociedade capitalista e as histórias das diferentes sociedades nos distintos pedaços do planeta que vão sendo nomeados e renomeados sem o engessamento da análise de as realidades[3].

O território, como conceito, foi trabalhado por Milton Santos durante as décadas de 1980 e 1990, conjuntamente com a tentativa de estruturação de um sistema de pensamento que, ao partir da Geografia, pretendeu dar conta das metamorfoses na vida dos homens com a hegemonia de uma concepção e de uma forma científica baseada na possível constituição de um sistema técnico que substituiria o conjunto das técnicas, intensificando os fluxos, dando novos atributos aos fixos e, sobretudo, alicerçado na imperiosidade da informação. Um momento determinante do acabamento da trajetória, iniciada em "Por uma Geografia Nova" (1978), é a publicação de "A Natureza do Espaço: técnica e

3 Os textos fundadores da elaboração conceitual da formação social na Geografia são: Sociedade e espaço: a formação social como teoria e método. In: Espaço e método. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1982, p. 9-27; Estrutura, processo, função e forma como categorias do método geográfico. In: Espaço e método. São Paulo: Nobel, 1985, p. 49-60. A verticalização da formulação sobre o que chamaria de meio técnico-científico-informacional na década de 90 teve início pelo menos em "Por Uma Geografia Nova" em 1978 (p. 203-204) e no primeiro capítulo do livro Metamorfoses do Espaço Habitado, de 1988.

tempo, razão e emoção" (1996), em que é explicitada a compreensão de que o espaço geográfico, como a articulação indissociável entre o sistema de ações e de objetos, se constituiria no objeto da Geografia.

Talvez não coincidentemente é no item do capítulo intitulado "Estado e espaço: o Estado-nação como unidade geográfica de estudo", de "Por uma Geografia Nova", Milton Santos escreve sobre "Espaço e território". No item que antecede o capítulo "As noções de totalidade, de formação social e de renovação da Geografia", o autor considera que os três elementos de um Estado-nação são o território, o povo e a soberania, e nesta, o "uso do poder que, de resto, determina os tipos de relações entre as classes sociais e as formas de ocupação do território" (SANTOS, 1978, p. 189).

A operacionalização é inspirada no texto fundante de Milton Santos (1982), o qual afirma que o modo de produção (capitalista) é o "gênero", a possibilidade, enquanto a formação social é a "espécie", a possibilidade realizada. Com o risco de algumas violações e aberturas indevidas, quatro aspectos possíveis na formulação presente no texto citado e no capítulo seguinte de "Espaço e Método" [4] serão tomados e retrabalhados:

> 1. A reconexão com a produção social da Natureza (a chamada segunda Natureza): as pesquisas sobre a Natureza nas terras emersas, na plataforma continental e em águas profundas tornado-a um recurso no presente e para o futuro;
> 2. As articulações entre o novo e o velho, em que a perenidade é dada pelas mutações: a criação de áreas com aportes técnicos, científicos e informacionais para a produção de equipamentos e a circulação dos recursos ou a planificação para usos futuros;
> 3. O Estado-Nação como formação socioeconômica: a presença/ausência do Estado na regulação de quando, quem, como e onde ser realizados ou não os investimentos;
> 4. A região como "subsistema do sistema nacional" (p. 28) e o lu-

4 O Estado-nação como espaço, totalidade e método. In: SANTOS, Milton. Espaço e método. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1982, p. 28-35.

gar como “momento, fração de uma variável em seu todo”, do Estado-Nação (p. 29): a construção/afirmação/desconstrução de áreas industriais;

5. A formação socioeconômica de um país subdesenvolvido como dependente, pois há “preponderância das forças externas em todos os seus processos”, em que as “forças externas têm sua própria lógica, que é interna às instituições e empresas interessadas (...) [essas] impõem inovações técnicas ou organizacionais têm um objetivo comum- a acumulação de capital” (p. 30): a concorrência intercapitalista com as firmas/grupos líderes mundiais e suas capacidades de negociações com o Estado e outros agentes;

Um dos pilares do percurso está na conferência de Milton Santos, na abertura do Seminário Internacional “Território: globalização e fragmentação”, organizado pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, na USP (Universidade de São Paulo), em 1993. O título da conferência é indicador da presença do conceito: “o retorno do território”. Qual território? “É o uso do território, e não o território em si mesmo (...) o território são formas, mas o território usado são objetos e ações” (SANTOS, 1994, p. 15-16).

Insiste-se na relevância da abordagem, pois é uma abertura para a análise do território como um campo de tensão entre as potências de agentes de forças desiguais, constituídas historicamente, portanto, como território usado. Entende-se que a retomada fortalecida do conceito de território nas últimas obras de Milton Santos significou, e ainda significa a intensificação da interlocução com outros cientistas sociais que não soçobraram a cantilena do discurso único. Como exemplo, as referências de suas obras em trabalhos do economista Reinaldo Gonçalves (2003; 2002) que aliam a crítica ao neoliberalismo e às mazelas produzidas com e no território e na sociedade brasileira e a demonstração de alternativas para a reconstrução da soberania e de minimização das desigualdades sociais. O significado acadêmico e político da abordagem está nas abordagens em que o território é uma das chaves para o crescimento e o desenvolvimento do país em trabalhos como os de DINIZ (2005), PIQUET (2007) e BRANDÃO (2007).

Em uma síntese: "é somente a partir da inserção das questões territoriais no contexto da reprodução social que se poderiam desvendar as causas mais profundas das heterogeneidades estruturais que se manifestam espacialmente na produção da riqueza capitalista". (BRANDÃO, 2007, p. 87).

A sociedade brasileira tem sido chamada pelos gestores do Estado na última década para ser ativa na implementação de um conjunto de ações que objetivam destravar velhos e novos gargalos para a elevação dos patamares produtivos quanto à escala e o escopo. O chamamento combina dois elementos: (1) a concepção e a ação do Estado com a sociedade e o território; (2) a disparada e a visibilidade de compassos e descompassos entre os múltiplos agentes envolvidos que são filtrados por parte da mídia e difundidos como conflitos. Tal conjuntura poderá ou não alterar as estruturas herdadas, penetrando, se apropriando e transmutando as estruturas internas do território brasileiro.

Qual a unidade? A formação social brasileira ao longo do tempo e a consolidação do espaço nacional, a partir da década de 1930, foi realizada com a ação do Estado com coordenação de grupos econômicos localizados, sobretudo, na região Sudeste. O processo colocou diferentes graus de integração entre as parcelas do território que, articuladas nacional e/ou internacionalmente, apresentaram distintas dinâmicas regionais. Configurou-se uma divisão territorial do trabalho como resultado e condição da divisão social e técnica do trabalho (RANGEL, 1968; CASTRO, 1971; OLIVEIRA, 1989; EGLER, 1993). A incorporação da noção de divisão territorial do trabalho para a analise das desigualdades sociais e territoriais é parte nas preocupações históricas da Geografia com os problemas da divisão regional e, "na medida em que o modo de produção capitalista se aprofunda numa formação econômico-social, aprofunda-se também a divisão social e territorial do trabalho" (GOLDEINSTEIN e SEABRA, 1982, p. 45). Na articulação das políticas estatais com conjunturas internacionais, coloca-se a seguinte questão: quais as tensões centrais criadas regionalmente com a ação coordenada pelo Estado brasileiro para o complexo industrial que permitirá a construção de equipamentos navais que devem colaborar na extração de gás, petróleo e eventualmente diversos minerais no território nacional, considerado como estratégico para o crescimento e desenvolvimento nacional?

2. Um contexto da produção e consumo de energia no mundo e no Brasil

Qual o relevo da pesquisa? A partir da contradição básica do questionamento das relações entre as diferentes formas de produzir, distribuir e consumir energia como um dos mecanismos para garantir a existência humana, cada vez mais marcadamente urbana e localizada nas cidades e as eventuais ameaças aos ritmos naturais do Planeta, especialmente aos atmosféricos (MOLION, 2008; MARUYAMA, 2009). Tal relevo ganha lustro, numa fase em que parte da humanidade ainda não tem acesso ou possui sequer o acesso parcial a energia que garante condições mínimas para o consumo de água potável e a conservação de alimentos.

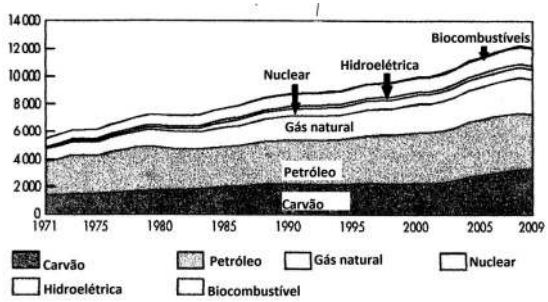
Entre os diferentes materiais historicamente utilizados para produzir energia, o volume comprimido em um barril de petróleo (139 litros) tem a capacidade equivalente ao trabalho diário de um homem adulto durante oito anos. O petróleo, como fonte energética desde as descobertas casuais no começo da segunda metade do século XIX na Pensilvânia, nos Estados Unidos da América (EUA), passou de simples combustível para iluminação a uma matéria-prima presente em cerca de três mil mercadorias que fazem parte das rotinas diárias em todo o mundo através da petroquímica (ODELL, 1968; BURDICK e LEFFLER, 2011).

Depois de períodos em que as certezas apontavam para um iminente esgotamento do petróleo e dos problemas derivados, e a busca de alternativas energéticas como a biomassa (SCHUCHARDT e RIBEIRO, 2001) foram substituídas pela comprovação de novas reservas, houve a manutenção da exploração de outras fontes e o acirramento de disputas pelo aumento do leque de possibilidades de explorações em áreas anteriormente inviáveis técnica e economicamente (KOPP, 2007).

Porém, ainda deve-se considerar o relevo da utilização do carvão que representa 50% da energia consumida nos Estados Unidos da América e 80% na China (SMITH, 2011**)** e as discussões sobre as usinas nucleares, que somam 437 reatores em todo mundo, com destaque para os EUA (104 reatores, 27% da ener-

gia nuclear mundial e 20% da energia consumida no país), França (58 reatores responsáveis, 17% da energia nuclear mundial e 78% da energia consumida no país) e Japão (50 usinas nucleares, 11% da energia nuclear mundial e 29% da energia consumida no país). Há outras 64 usinas nucleares em construção, sendo 26 na China, 10 na Rússia e seis na Índia (SCHNEIDER *et al*. 2011). A tabela 1 apresenta sinteticamente a evolução da oferta de fontes energéticas com a manutenção da importância do carvão e do petróleo e ainda a tímida presença de fonte renováveis.

Gráfico 1- Evolução da oferta mundial de energia entre 1971 e 2009 por combustível (em milhões de toneladas equivalentes em petróleo)



Fonte: INTERNATIONAL ENERGY AGENCY (IEA). Key world energy statistics. Washington, 2011, p. 6. Adaptação: César Martins

Com a manutenção das mesmas tendências das políticas de produção e de consumo, as previsões sobre as necessidades energéticas, ao mesmo tempo em que sinalizam para o significativo aumento da utilização do gás, dos biocombustíveis e outras fontes como a eólica, solar e geotérmicas, evidenciam que o carvão e o petróleo manteriam seus significados (Tabela 1).

Tabela 1- Quantidade de energia adicional mantido os quadros atuais de consumo e política de consumo (em milhões de toneladas equivalentes em petróleo)

Origem da energia	2020	2030
Carvão	10	42
Petróleo	25	48
Gás	1	7
Nuclear	3	3
Hidroelétrica	6	8
Biocombustíveis	8	31
Outras	12	41

Fonte: IEA. World energy outlook- 2011. Oslo, 2011, p. 27.

A tabela 2 sintetiza alguns dados da dinâmica do setor de petróleo e gás no Brasil e no mundo durante a última década, indicando o aumento da comprovação e da produção mundial em velocidade menor do que a brasileira e que acabam por justificar os investimentos e entender a confrontação de projetos que objetivam transformar o setor num dos motores de desenvolvimento do país ou apenas em mais um dos vetores da inserção subordinada do território e da sociedade no sistema mundial.

Tabela 2- Reservas comprovadas e produção de petróleo e de gás no Mundo e no Brasil

	2001	2010						
	Petróleo	Gás	Petróleo	Gás				
	Reservas Bilhões de barris	Produção Mil barris/dia	Reservas trilhões de metros^3	Produção Mil barris/dia	Reservas Bilhões de barris	Produção Mil barris/dia	Reservas trilhões de metros^3	Produção Bilhões de metros^3
Mundo	1.129	74.905	168,44	2.478,0	1.383	82.095	187,01	3.193,3
Brasil	8,5	1.337	0,22	7,7	14,2	2.137	0,42	14,4

Fonte: AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEL (ANP). Anuário estatístico do petróleo, gás natural e biocombustíveis. 2011. Organização: César Martins

Nas cifras bilionárias embebidas de prospectivas com tendências que vão dos milagres da redenção até hecatombes, destacam-se, por exemplo, as jazidas que estão entre o Círculo Polar Ártico e o Polo Norte, nas orlas Nordeste, em território dos Estados Unidos (Alasca), Canadá, Dinamarca (Groelândia) e Islân-

dia e Noroeste sob tutela da Noruega, da Suécia, da Finlândia e da Rússia, que conduzem a formulação de perspectivas de uma "Guerra no Ártico" (LE MONDE DIPLOMATIQUE-BRASIL, 2007). Combinado com as perspectivas da abertura e melhoria das rotas de circulação com a diminuição da calota polar ártica, apenas a província de Alberta nas pradarias canadenses "tem mais petróleo do que o Iraque, o Kuwait, a Venezuela, a Rússia ou a Noruega" (SMITH, 2001, p. 311).

Os processos que envolvem contradições nas relações entre empresas petrolíferas e destas com Estados Nacionais também atingem países com menor expressão no setor e sinalizam transformações nas regulações com limiares conflituosos. Entre eles pode-se destacar a Espanha que emitiu autorizações para pesquisa e prospecção nas proximidades das Ilhas Canárias provocando reações dos moradores e organismos ambientais. Na América Latina, depois das reestruturações que resultaram nas privatizações e intervenções estatais (CAMPOS, 2007) no final da primeira década do século XXI, destacam-se a Argentina, que exige maiores investimentos da *Refineria de Petróleos de Escombreras Oil* (Repsol), empresa espanhola que, desde a fase privatista do presidente Carlos Menen (presidente entre 1989-1999), controla a *Yacimientos Petroliferos Federales* (YPF) e o Uruguai que anunciou em 2010 que foram identificadas reservas petróleo, gás e outros minerais em seu litoral e alguns departamentos instigando uma corrida de empresas internacionais ao país.

A sociedade brasileira, após uma série de conflitos, construiu uma das maiores empresas do mundo: a PETROBRAS, em muito tributária do Conselho Nacional do Petróleo (CNP) instituído em 1938. A empresa criada em 1953, iniciou as atividades em 1954, como resultado de um grande movimento social com marcas de figuras históricas como Monteiro Lobato (1882-1948) e Getúlio Dornelles Vargas (1882-1954). O primeiro, reconhecido escritor e editor, foi ridicularizado pela insistência nas pesquisas para identificação de reservas de petróleo no país e chegou a ser condenado e preso. O segundo, que passa por frequentes revisionismos como chefe do governo provisório entre 1930-1934 e presidente da República entre 1934-1945 e 1951-1954, capitaneou a criação da empresa após a campanha "O petróleo é nosso".

Entre os dissabores da empresa e seus defensores estavam a precariedade de recursos para a implementação de pesquisas de prospecção de jazidas no ter-

ritório nacional, as desconfianças de sua viabilidade e a pressão e a concorrência com as empresas chamadas "sete irmãs" (Royal Dutch Shell, Anglo-Persian Oil Company, Standar Oil Company, Standard Oil of New Jersey, Standard Oil of New York, Texaco, Standard Oil of California e Gulf Oil) que controlavam o setor petrolífero no começo do século XX (SAMPSON, 1975). A alcunha para o grupo de empresas é atribuída a Enrico Mattei (1906-1962) que, como diretor da petrolífera italiana Agip-EMI, realizou esforços em combater o poderio das "sete irmãs" que, após os enfrentamentos com legislações antitrustes e alguns governos nacionalistas, passaram por fusões e aquisições. Entre as maiores empresas do setor no começo do século XXI estão a ENI, a ConocoPhillips e quatro das "sete irmãs", em ordem de importância: 1. a Royal Dutch Shell; 2. British Petroleum ou BP que teve origem na Anglo-Persian Oil Company (APOC); 3. Exxon, fusão da Esso com a Mobil, antiga Socony; 4. Chevron, resultado das fusões da Texaco entre Socal e Golf Oil.

No Brasil, a PETROBRAS, até o final da década de 1950 contava com as refinarias de Presidente Bernardes em Cubatão, no estado de São Paulo e de Mataripe na Bahia, que refinavam 102.200 barris de petróleo por dia (BPD). Outras seis refinarias privadas (Capuava e Matarazzo em São Paulo, Ipiranga e Uruguaiana no Rio Grande do Sul, Manginhos no Rio de Janeiro e Manaus na Amazônia) processavam 54.253 BPD (BRITO, 2004). Ou seja, na gênese da empresa estão duas das marcas do setor: a busca de escala de produção e intensos debates entre as formas de controle da produção e distribuição, especialmente em países periféricos que apresentavam efetivamente ou hipoteticamente possibilidades de extração e de mercados consumidores para empresas transnacionais como o Brasil (MATTOS DIAS e QUAGLINO, 1993).

As tensões do setor petrolífero perpetuam conflitos geopolíticos e econômicos como na África (HUGON, 2010) e no Golfo Pérsico (FAY, 2003), pelo menos desde a década de 1910 quando Winston Churchill (1874-1965) ao assumir o Almirantado britânico tomou a decisão de substituir o carvão pelo petróleo na frota de guerra (FUSER, 2008). Os confrontos pelo controle das áreas de extração e da distribuição do petróleo ainda colaboram com a perpetuação de administrações de timbre despótico em vários países que alimentam os lucros

de empresas transnacionais e o consumo dos países centrais do sistema mundial (LACOSTE, 2009; SEIFERT, 2009).

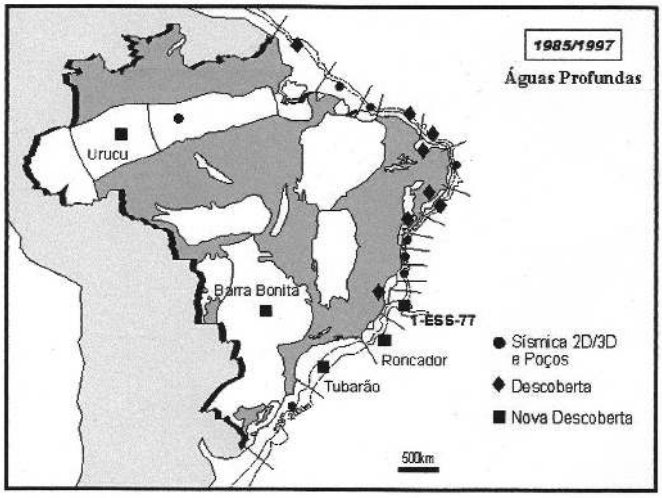
Para fins de comparação, observe-se que as seis refinarias construídas pela Petrobras até a década de 1990 (Duque de Caxias-Duque de Caxias/RJ; Gabriel Passos-Betim/MG; Alberto Paqualini-Canoas/RS; Planalto Paulista-Paulinia/SP; Getúlio Vargas-Araucária/PR; Henrique Lages-São José dos Campos/SP), refinavam até 619 mil BPD com uma média de 103 mil BPD por unidade (até o final da década de 1950, a média de refino das oito unidades era de 12.775 BPD). Em 2010 as dezesseis refinarias instaladas no país processam 1,8 milhão BPD com uma média 112.924 BPD, oscilando dos 464 BPD na refinaria da Dax Oil no Polo de Camaçari na Bahia até 322 mil BPD da Refinaria Planalto Paulista (REPLAN) em Paulínia/SP.

Apesar das oposições internas que tenderam para a privatização do setor e mesmo da PETROBRAS, no momento da descoberta das novas reservas na Bacia de Campos após gastos de 2,6 bilhões de dólares (BIONDI, 2000) e a concorrência internacional, a empresa tem entre suas marcas a pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico que permitiu na década de 1960, a atuação na plataforma continental que foi alavancada em 1968 com a criação do Centro de Pesquisas e Desenvolvimento (CENPES), colocando-a na vanguarda da América Latina na direção do aumento da produção de petróleo e gás com destaque para águas profundas, na exponencialização da capacidade de refino e distribuição (a bandeira BR é a mais importante do Brasil, representando cerca de 20% dos postos de combustíveis do país), em operações em 27 países e na posição de destaque e/ou liderança em diferentes *rankings* sobre as maiores empresas mundiais.

Além da busca de fontes energéticas alternativas viáveis econômica e ambientalmente, como as renováveis, o Brasil, especialmente através da PETROBRAS, mantém e reforça planos para a identificação e extração de petróleo e gás. Depois de uma fase que vai das primeiras atividades de identificação das jazidas até a exploração em águas profundas a partir de 1985-1997, no começo do século XX foram identificadas as reservas que sinalizaram as jazidas do pré-sal (figura 1) [5].

5 O termo pré-sal refere-se a um conjunto de rochas localizadas nas porções marinhas

Figura 1: Atividades exploratórias da Petrobrás



Fonte: MILANI, E.J. *et al*. Petróleo na margem continental brasileira: geologia, explorações, resultados e perspectivas. Revista Brasileira de Geofísica, v. 18 (3), 2000, p. 386.

Ora, se a distribuição das jazidas que são tornadas reservas de petróleo, gás e outros minerais é uma determinação das forças da Natureza e atestam a precisão científica, tecnológica e informacional das atividades da PETROBRAS, dois eixos se amalgamam nas relações entre economia, política, sociedade e

de grande parte do litoral brasileiro, com potencial para a geração e acúmulo de petróleo. A profundidade total dessas rochas, que é a distância entre a superfície do mar e os reservatórios de petróleo abaixo da camada de sal, pode chegar a mais de sete mil metros. As maiores descobertas de petróleo, no Brasil, foram feitas recentemente pela Petrobras na camada pré-sal localizada entre os estados de Santa Catarina e Espírito Santo. Na Bacia de Santos, por exemplo, o óleo identificado no pré-sal tem características de um petróleo de alta qualidade e maior valor de mercado. Em 2004 foram perfurados alguns poços em busca de óleo na Bacia de Santos. É que ali haviam sido identificadas, acima da camada de sal, rochas arenosas depositadas em águas profundas, que já eram conhecidas. Em 2006, a perfuração chegou a a 7.600 metros de profundidade a partir do nível do mar, e foi encontrada uma acumulação gigante de gás e reservatórios de condensado de petróleo. No mesmo ano, em outra perfuração feita na Bacia de Santos, a Companhia e seus parceiros fizeram nova descoberta, que mudaria definitivamente os rumos da exploração no Brasil. A pouco mais de cinco mil metros de profundidade, a partir da superfície do mar, identifico-se reservas, hoje batizadas de Tupi. Informações disponíveis em: www.petrobras.com.br (acessadas em 08/01/2012).

território: (1) os embates em torno dos novos marcos regulatórios do petróleo propostos pelos governos com os conflitos entre os Estados detentores de reservas, suas NOCs (*National Oil Companies*), e as petroleiras internacionais, as IOCs (*International Oil Companies*), pois envolve não apenas o poder de uso dos recursos mas da ciência, técnica e informação na identificação, exploração e distribuição dos lucros e prejuízos entre os diferentes agentes: Estado, unidades federadas, empresas, trabalhadores que atuam diretamente e as parcelas da sociedade de determinadas regiões e localidades afetadas no presente e no futuro pelos investimentos; (2) a determinação da localização dos investimentos que garantirão a efetivação das projeções como das prováveis refinarias ou polos de produção de derivados como os petroquímicos ou de equipamentos navais de diferentes características que viabilizam a extração e transporte dos recursos.

Na articulação dos dois eixos está um dos motores do sistema mundial produtor de mercadorias que, para serem produzidas e consumidas, exigem cada vez mais energia e que por sua vez impõem e compõem a partir das diferentes sociedades com números bilionários em toneladas e em unidades monetárias.

A configuração das estruturas produtivas de equipamentos navais

No Brasil, pelo menos desde 2005, as confirmações de descobertas de reservas de petróleo e gás em áreas que vão até 300 quilômetros de distância da costa nos campos de Paraty e Tupy na chamada camada pré-sal, impulsionaram os projetos e ações para reorganização da produção de equipamentos navais.

Conjunturalmente, as descobertas ocorreram nos limites das reestruturações da década de 1990 marcadas por metamorfoses nos processos produtivos e nas relações entre as empresas, na estrutura administrativa e financeira dos Estados, nas relações do mundo do trabalho e nos usos do território. De modo geral, houve a tendência de estabelecer regulações que alteraram os marcos regulatórios do fordismo-keynesianismo da segunda metade do século XX. Entre essas, houve a flexibilização de normas para o ingresso de capitais de diferentes origens em diversos setores estabelecidos pelos Estados nacionais. No Brasil, as alterações regulatórias conduziram entre outras consequências: (1) à extinção de estatais; (2) à eliminação do Anexo C do Banco Central do Brasil que extinguiu ou diminui barreiras de importação de cerca de 1.500 produtos em 1990, criando *déficits* na balança comercial; (3) ao posicionamento do país entre os

maiores receptores de Investimentos Externos Diretos (IED); (4) ao aumento das fragilidades das escassas e desiguais políticas sociais originadas na década de 1930; (5) a concessão em leilões de 765 blocos para exploração de petróleo e gás entre 1999 e 2008 para empresas de capitais diversos. Os processos citados foram analisados com duas perspectivas básicas: a primeira considera que há uma tendência de desnacionalização da economia brasileira com aumento da vulnerabilidade externa e dificuldades para a alavancagem do desenvolvimento de diversos setores. A segunda perspectiva indica que houve o aumento da competitividade interna, melhorando a oferta de bens e serviços e a redução dos preços internos, que permitiram, graças às políticas anticíclicas estatais da primeira década do século XXI, o aumento dos postos de trabalho e da renda dos assalariados.

O começo do século XXI marca um novo ciclo de acumulação no Brasil, notadamente após o período de austeridade dos ajustes fiscais. *Pari passu* à retomada dos investimentos privados, a nova fase de investimentos do setor público, a partir da estruturação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), se dá especialmente por meio da recomposição do capital fixo para melhorar a competitividade no cenário global com a construção ou reconstrução de infraestruturas e da capacidade de inovação. A conjunção dos investimentos na busca de novos cenários internos e externos possibilitaram índices de crescimento significativos após quase uma década de estagnação ou de crescimento em ritmo lento. Entre 2001 e 2008 a taxa mínina de crescimento foi de 1,1% (em 2003) e a taxa máxima de 6,1% (em 2007) e melhorias da renda *per capita* com as seguintes taxas: 2,7 em 2002; 1,2 em 2003; 5,7 em 2004; 3,2 em 2006 e 4,0 em 2006 (FISHLOW, 2010, p. 186).

Uma das características do crescimento econômico mundial é sua desigual distribuição entre o centro e periferia do sistema. O esgotamento dos modelos de financiamento de sustentação das sociedades de bem-estar social e de estruturas produtivas que deixam de ser assentadas na produção material vem conduzindo a taxas de crescimento mais lentas entre os chamados países desenvolvidos, especialmente quando comparadas as novas dinâmicas internas e ações orquestradas por alguns Estados e agentes privados na periferia. Em suas relações externas, com políticas agressivas de criação de novos mercados e aproveitamento de determinadas oportunidades permitem que, mesmo que com as crises provocadas especialmente pelo embretamento de governos frente

ao capital especulativo, as economias periféricas e em desenvolvimento, na definição de organismos como o Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial, apresentam as maiores taxas de crescimento econômico e participam mais ativamente do comércio internacional (Tabela 3).

Tabela 3- Taxas de crescimento da economia entre 1993 e 2010 (%)

Região	1 9 9 3 - 2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Mundo	3,2	3,6	4,9	4,6	5,3	5,4	2,8	-0,7	5,1
Países Desenvolvidos	2,8	1,9	3,1	2,7	3,1	2,8	0,1	-3,7	3,1,
Economias Emergentes e em desenvolvimento	4,1	6,2	7,5	7,3	8,2	6,9	6,0	2,8	7,3
Brasil	2,9	1,1	5,7	3,2	4,0	6,1	5,2	-0,6	7,5

Fonte: Fondo Monetário Internacional. Perspectivas de La economia mundial. Washington, 2011. Organização: César Martins

A ligação entre a decisão política em alavancar a economia brasileira com a reorganização do papel do Estado e de agentes de diferentes setores produtivos, ainda que sob a tutela de políticas de ajustes fiscal, valorização cambial e a manutenção das altas taxas de juros, envolveram investimentos em pesquisa, articulações institucionais com a participação de governos municipais e estaduais, Universidades, Centros de Pesquisas, trabalhadores, empresas e suas entidades representativas. Piquet (2007) com base no estudo "Investimento na economia brasileira: a caminho do crescimento sustentado" do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), indica que entre 2007 e 2010, das estimativas de investimentos de R$ 1,05 bilhão, 44,7% são destinados para a construção civil, 18,8% para infraestrutura (energia, comunicações, saneamento, ferrovias e portos) e 36,2% para indústria com 17,5% para atividades vinculadas ao petróleo e ao gás. Trata-se de um processo de desaguamento de décadas de investimentos em pesquisa e em formação de pessoal, especialmente da PETROBRAS e de setores nacionalistas da sociedade brasileira que não soçobraram as cantilenas privatistas, mesmo com os quatro leilões de áreas ou campos de petróleo e gás nos governos de Fernando Henrique Cardoso entre 1999 e 2002 e os cinco na administração de Luis Inácio Lula da Silva entre 2003 e 2009.

Os números que corroboram os esforços são vultosos, posto que segundo os dados absolutos no Brasil e, sobretudo através da PETROBRAS, foram descobertas reservas equivalentes a cerca de 20 bilhões de barris (o consumo mundial anual em 2010 foi de 87,3 bilhões de barris) e alguns dados das descobertas do chamado pré-sal indicam a possibilidade de 100 bilhões de barris, sendo que cerca de um terço estão cedidas nos leilões[6].

Qual o significado da conjuntura aliada o quadro de afirmação do consumo de petróleo? Após os sucessivos conflitos entre árabes e Israel, alguns dos grandes produtores mundiais, organizados na Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP), criada em 1960, não apenas suspenderam temporariamente o fornecimento do petróleo provocando uma série de crises do petróleo na década de 1970, mas também causaram o aumento nos preços do barril que oscilava ao redor de dois dólares desde o final da segunda guerra mundial para cerca de 10 dólares em 1974, alcançando patamares entre 25 e 35 dólares no começo na década de 1980 (FAY, 2003).

As contradições entre os poderes das empresas do setor e de grupos políticos nacionais submetidos a esses poderes ou que impõem e/ou negociam projetos nacionais para o setor com a aceleração da busca de reservas e de outras fontes energéticas não impediram o aumento dos preços do petróleo, que também foi impulsionado pelo aumento do consumo em países periféricos com economias em expansão como a China, Índia e Brasil. Na tabela 4 estão os preços em anos escolhidos nas últimas duas décadas.

Quadro 4- Preço médio do barril de petróleo Brent e WTI (*)

	1991	2001	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011(1)
Preço	20,72	25,17	55,46	65,52	72,39	98,81	61,78	79,48	108,50

Fonte: ANP. Anuário estatístico do petróleo, gás natural e biocombustíveis. 2011. (1) ANP. Boletim anual de preços de petróleo, gás natural e de biocombustíveis nos mercados nacionais e internacionais. 2012. Organização: César Martins

(*) petróleo Brent: mistura de petróleos produzidos no mar do Norte com origem em uma área de prospecção da Shell e cotação em Londres; petróleo WTI (West Texas Intermediare): óleos produzidos nos Estados Unidos com negociações da bolsa de Nova Iorque.

6 Veja-se o debate técnico e político na entrevista do professor Ildo Sauer da USP publicada na Revista da ADUSP (Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo), outubro de 2011, p. 6-27.

Algumas perspectivas apresentadas pelas possibilidades de investimentos de diferentes dimensões e atividades foram sintetizados por Sant'anna (2010): os investimento para viabilizar todo o setor cresceram de 3,5 bilhões de reais em 1994 para R$ 35,5 bilhões em 2008 com perspectivas para o período 2011-2014 de 378 bilhões de reais (sendo 303 da PETROBRAS) com impacto de R$ 407 bilhões sobre a produção nacional em máquinas e equipamentos, metalurgia, comércio e serviços. Ou seja, as projeções representam 12,7% do Produto Interno Brasileiro (PIB) de 2009 (R$ 3,2 trilhões) e são maiores que o PIB de todas as unidades federadas, a exceção do estado de São Paulo (R$ 1,08 trilhão). Os valores elevados atiçam os mais diversos interesses num leque que vai, desde os trabalhadores que buscam postos de trabalhos com remuneração muito acima das médias da maioria dos setores econômicos, até gestores públicos que encontram terreno fértil para elaboração de discursos de um futuro promissor ou podem justificar injustiças fiscais ou determinadas decisões locacionais para perpetuar incapacidades propositivas que não estejam alicerçadas na nova hegemonia discursiva.

No quadro desenhado estão os planos e as ações que envolvem a tendência à descentralização das estruturas produtivas que afetam a indústria naval, pois também sustentaram e serão sustentadas pela exploração dos poços de petróleo e gás identificados.

4. A formatação da produção descentralizada de equipamentos navais

As reservas identificadas estão sendo postas não apenas como uma possibilidade para afirmar a autossuficiência nacional na produção de petróleo e gás e de mais um ponto na pauta de exportações, mas como limiar para reanimar a produção naval.

No Brasil, até a década de 1980, estavam instaladas empresas que foram responsáveis pela segunda maior produção de equipamentos navais e embarcações, concentrada especialmente no estado do Rio de Janeiro (PINHEIRO, 2008; GOULARTI Jr. 2009). Grosso modo, a exceção do período colonial em que se somaram as capacidades indígenas e portuguesas para a produção de embarcações em alguns pontos do território, a indústria naval brasileira foi organizada

originalmente, sobretudo por ações coordenadas pela Marinha que se consolidava com o Estado Nacional[7]. Empresarialmente, a indústria naval foi inflexionada pelas iniciativas de Irineu Evangelista de Souza (1813-1889), o Barão de Mauá, que naufragou seus empreendimentos do setor instalado ao redor da Baía da Guanabara em função dos boicotes da racionalidade agroexportadora (PINHEIRO, 2008). Com o fim da República Velha (1889-1930), algumas iniciativas como a construção do navio-tanque 340-B, construído no Dique Cruzeiro do Estaleiro da Ilha do Viana, entre 1927 e 1929, por encomenda do governo argentino e do navio-mineiro Carioca (C1), em novembro de 1937, marcaram o setor no país, assim como a criação da Comissão da Marinha Mercante (CMM) em 1941. Na década de 1920, os estaleiros localizados em Niterói no estado do Rio de Janeiro chegaram a empregar 5.729 trabalhadores (GOULARTI, 2009), número que somente seria superado no país na década de 1960.

O sucateamento da frota de embarcações, as dificuldades das operações num litoral e em bacias hidrográficas de milhares de quilômetros e o começo da concorrência com as rodovias conduzem à elaboração de políticas setoriais específicas do presidente Juscelino Kubistchek (1902-1976) (GOULART Jr., 2010). A partir do Plano de Metas (1956-61), com a criação do Fundo da Marinha Mercante (FMM) em 1958 para ser administrado pela CMM e o estabelecimento de financiamentos e de regulações que incluíram a fabricação de aço naval pela USIMINAS e pela COSIPA, foi construído no país um dos maiores parques industriais navais do mundo juntamente com o Japão e a Coréia do Sul, ultrapassando produtores tradicionais como os britânicos com taxas de nacionalização ao redor de 90% nas décadas de 1970-1980. Ou seja, o Estado brasileiro, empresários e trabalhadores contornaram os diversos gargalos para a implementação das bases da indústria de construção naval, o que incluiu a formação de quadros qualificados em cursos de engenharia naval na Escola Politécnica da USP e no Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) em São Paulo e na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a partir do final da década de 1950.

7 Numa das iniciativas para afirmar a construção naval no país, o erário público, financiou os estudos de Napoleão João Baptista Level (1828-1915), filho de franceses nascido no atual município de Ilhéus no estado da Bahia. Napoleão Level, conhecido a partir de 1852 como primeiro engenheiro naval do país, introduziu no país técnicas avançadas na construção naval.

Um marco das últimas décadas foi a inclusão do setor naval no II Plano Nacional de Desenvolvimento- PND (1974-1979) através do I e II Plano de Construção Naval (PCN) que garantia encomendas e proteção aos estaleiros e produtores nacionais de peças e equipamentos num processo chamado de "desenvolvimento forçado" (LIMA, 2009). É no período em que a plataforma Petrobras 1 (P-1) foi construída pela Companhia de Comércio e Navegação no Estaleiro Mauá, em Niterói/RJ, com o projeto da The Offshore Co. e da Petroleum Consultants, originária de Houston nos Estados Unidos da América. A P-1 deu início às atividades de perfuração no estado de Sergipe e foi a primeira plataforma de perfuração flutuante construída no Brasil, equipada com uma sonda capaz de perfurar poços de até quatro mil metros.

O registro do número de trabalhadores na construção naval está no tabela 4:

Tabela 4- Brasil: número de trabalhadores na construção naval em anos escolhidos

	1960	1965	1970	1975	1979	1980	1990	1996	2000
Trabalhadores	1.430	11.600	18.000	23.000	39.155	33.792	13.097	5.562	1.900

Fonte: Sindicato Nacional da Indústria da Construção e Reparo Naval e *Offshore* (SINAVAL). Informa Mensal, março de 2012.

As reestruturações do final do século XX, sobretudo do Estado, das empresas e do mundo trabalho, praticamente extinguiram a produção naval em território brasileiro, tornando a construção naval brasileira uma das maiores do mundo a chegar "em coma" (BNDES, 1997, p.1) no final do século XX.

Alguns diagnósticos apontam que o marco da crise localizada entre a década de 1990 e o começo do século XX está na combinação das dificuldades de financiamento oriundos das crises do final da década de 1970, com as estratégias de proteção do setor da concorrência internacional e a dependência das encomendas estatais. Em conjunto foram acumuladas defasagens estruturais, sobretudo tecnológicas e organizacionais, nas empresas do setor (BNDES, 1997; PINHEIRO, 2008; LIMA, 2009) até o escândalo que culminou em 1989 na extinção da Superintendência Nacional da Marinha Mercante (SUNAMAM), sucessora da

CMM, administradora pelo FNM desde 1969 (GOULART Jr., 2010). A síntese dos investimentos de 16 bilhões de dólares do FMM entre 1967 e 2000 está no tabela 5:

Tabela 5-Brasil: investimentos do FMN em anos escolhidos

Períodos	Até 1975	1975-1982	1983-1995	1996-1998	1999
U$ milhões/anuais	500	1.000	300	100	19

Fonte: LACERDA, S. M. Oportunidades e desafios da construção naval. Revista do BNDES, v.10, n.20, 2003, p. 52.

Em 2000 o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) lança o "Programa Navega Brasil" que não originou a produção de embarcações, mas aumentou os prazos de financiamento e sinalizou que o Estado brasileiro retornaria a produzir políticas de incentivos para o setor. A partir de uma decisão do primeiro mandato do presidente Luis Inácio Lula da Silva (2003-2010), foram montadas estratégias para a reorganização do setor no país com destaque em pelo menos dois pontos articulados: a articulação entre centros de pesquisas com setores empresariais, sobretudo nacionais, a produção de polos navais e a descentralização articulada, com destaque para as áreas portuárias de Suape em Pernambuco e do município do Rio Grande no sul do Rio Grande do Sul. Nas duas áreas serão construídas pelos menos quatro das 13 plataformas petrolíferas previstas no país, sendo que em Suape também ocorrem as obras de construção do petroleiro "João Cândido" para a Transpetro e de sete navios sonda com encomendas que chegam a 30 unidades.

As estratégias ganharam e ganham relevo com as perspectivas apresentadas pelas descobertas de petróleo e gás na camada pré-sal, da manutenção de elevados preços no mercado internacional e da efetivação das obras de construção de infraestruturas industriais e portuárias para a construção e manutenção de embarcações e equipamentos diversos (tabela 6).

Tabela 6: Projeção da entrada em operação de plataformas e navios para transporte de petróleo e derivados com cenário de 85 dólares/barril

Períodos	Plataformas no Brasil	Plataformas no exterior	Navios Suemax (1)	Navios VLCC (2)	Transporte interno
2012-2016	15	4	9	2	7
2017-2021	23	6	15	3	12
2022-2025	25	6	18	3	6
Total	63	16	42	8	25

Fonte: OLIVEIRA, A. (coord.). Indústria para-petrolífera brasileira: competitividade, desafios e

oportunidades. R. Janeiro: IE-UFRJ, sd. Organização: César Martins
(1) Embarcação com capacidade aproximada de um milhão de barris (2) embarcação com capacidade aproximada de dois milhões de barris

Há pontos em comum nas escolhas, por exemplo, de Suape e de Rio Grande? Numa primeira e inicial aproximação, destaca-se que além disporem de áreas litorâneas com boas condições técnicas para a construção das estruturas, ambos possuem um passado recente de intervenção estatal através especialmente do II PND (SILVA, 1992; DOMINGUES, 1995) em que não foram efetivados os investimentos. Em ambos, as áreas portuárias acabaram administradas pelos governos estaduais com complexas relações com a União, administrações municipais e moradores. Nestes lugares também é onde estão ligadas as memórias dos tempos lentos, voltados para as atividades pesqueiras, e as promessas de desenvolvimento não cumpridas. Também há: (1) a perpetuação de discursos de oposição em relação à hegemonias regionais: Rio Grande no sul do estado em relação ao eixo Porto Alegre-Vale dos Sinos-Caxias do Sul e Cabo de Santo Antonio-Ipojuca, municípios da área portuária de Suape em relação a Recife e ao complexo de Aratu na Bahia; (2) capacidades ociosas em seus entornos como instituições de pesquisa, algumas bases empresariais e infraestruturais de apoio logístico voltadas para o porção norte (Suape) e sul (Rio Grande) do litoral atlântico brasileiro.

Em Rio Grande, a Universidade Federal do Rio Grande (FURG) organizou uma série de atividades com foco nos investimentos da construção naval. A FURG que tem como objeto central a pesquisa nos "ecossistemas costeiro e marinho", firmou sua posição nos estudos biológicos, ampliando suas iniciativas na direção do que se apresenta como um novo estágio de desenvolvimento local e regional. Entre as iniciativas da FURG estão o Programa de Capacitação Tecnológica para Apoio à Indústria Naval Brasileira, o Laboratório de Simulação de Sistemas da Construção Naval, o Polo Tecnológico "Oceantech", e através de um grupo de professores com financiamentos diversos a realização de um levantamento pioneiro da possível cadeia de suprimentos para a instalação de empresas de construção naval no município (GOVERNO DO ESTADO DO RS/FURG, 2009).

Porém, é a presença de firmas de grande porte capazes de arregimentar volumosos recursos e rosários de pequenas e médias empresas e diferentes ne-

gócios ao redor de seus objetivos o que garante identidade às ações nas duas áreas: no porto de Suape, o Estaleiro Atlântico Sul é um consórcio entre a empresa coreana Samsung Heavy Industries com participações da Camargo Corrêa, Queiroz Galvão e PJMR, possuindo 30 encomendas de petroleiros, plataformas e navios sonda. Nas áreas portuárias do Rio Grande está prevista a construção de 13 unidades nas áreas da empresa QUIP, formado pela Queiroz Galvão, UTC Engenharia, IESA, Camargo Corrêa e PJMR e no Estaleiro Rio Grande (ERG) do grupo ENGEVIX e de um provável estaleiro do grupo Wilson Sons[8].

A presença de firmas de grandes grupos econômicos como os citadas com a coordenação da PETROBRAS indicam que há mais um aprofundamento da divisão territorial do trabalho no país, pois há centralidade dos planos e da gestão nas sedes das empresas localizadas em São Paulo e no Rio de Janeiro e a materialização a priori do assalariamento externo. Uma outra questão é que a "cadeia de petróleo no Brasil induz, de maneira mais enfática, o investimento na economia nacional à medida que se amplia o estoque de capital neste importante setor da economia brasileira, apesar de tal impacto se concentrar em seus fornecedores mais diretos." (OLIVEIRA *et al.*, 2011, p.21-22). A preocupação é relevante posta a tendência oligopolista e mesmo monopolista da economia brasileira (HOLLANDA FILHO, 1982) que foi acirrada com as liberações de décadas passadas, elevando as taxas de internacionalização de amplas cadeias produtivas.

As duas fontes de informações básicas para o começo da aferição e das análises da efetivação da descentralização proposta são o cadastro de empresas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com as informações da classificação 30.1, relativo às construções de embarcações do Cadastro Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) entre os anos de 2006 e 2009, e os estudos do SINAVAL. Tomados como base o número de empresas e o número de trabalhadores, o IBGE confirma duas tendências: (1) há ainda a concentração das atividades de construção naval no Rio de Janeiro (20,73% dos 563 estabelecimentos e 63,38% dos 30.770 empregos registrados em 2009); (2) o aumento no número de

8 Em São José do Norte, município limítrofe a Rio Grande, nas margens do canal de acesso a Lagoa do Patos, há uma área destinada à instalação de um terminal de movimentação de cargas de celulose e uma para instalação de um estaleiro.

empregos ocorre nos maiores empreendimentos. A concentração dos empregos está na tabela 2.

Tabela 2- Brasil: empregos na construção de embarcações por faixa de pessoal ocupado

Faixa de trabalhadores ocupados	2006	2007	2008	2009
Até 9 trabalhadores	1.104	1.083	1.146	1.160
Entre 10 e 49 trabalhadores	2.506	2.491	2.656	2.364
Entre 50 e 99 trabalhadores	964	1.396	1.326	1.324
Entre 100 e 499 trabalhadores	3.628	3.870	3.615	3.256
Mais de 500 trabalhadores	10.381	11.049	20.409	22.666
Total	18.583	19.889	29.152	30.770

Fonte: http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl. Coleta e organização: Cesar Martins

O SINAVAL representa 47 associados (o IBGE registrou em 2009 563 estabelecimentos de construção naval) sendo que treze apresentam características de grupos econômicos com negócios diversos e presença em investimento na construção naval. Além disso, os dados apresentados pelo SINAVAL são diferentes daqueles do IBGE, pois envolvem atividades indiretas e de estruturação dos estaleiros, e apontam para a consolidação das atividades por até cinco décadas: cerca de 50 mil empregos diretos (180 mil indiretos) que produziram entre outros 52 petroleiros para a Transpetro e dez para PDVSA venezuelana, 18 rebocadores de apoio marítimo, quatro porta-containers, dois navios graneleiros para a empresa Vale, quatro porta-containeres, doze plataformas de petróleo e doze sondas de perfuração. As expectativas toma vulto com a inauguração do Estaleiro Aliança do grupo Fischer em São Gonçalo/RJ em 2011, do inicio das obras dos Estaleiros Rio Tietê em Araçatuba/SP, Jurong em Aracruz/ES, OSX em São João da Barra/RJ, Inhaúma no Rio de Janeiro/RJ e a concessão de licenças de instalação para o Promar em Suape /PE e EBR (Estaleiros do Brasil) em São José do Norte/RS.

Um dos fatores de viabilização para a efetivação dos empreendimentos são os desembolsos do FNM que retornaram aos patamares de décadas passadas (tabela 7).

Tabela 7– Brasil: desembolsos do Fundo da Marina Mercante (em milhões de dólares):

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
US$	305	338	591	721	465	658	1.100	1.300	2.600	2.010

Fonte: SINAVAL

No cenário de confirmações e expectativas, impõem-se estruturar as atenções e reflexões que consideram que a sociedade e o território brasileiro foram hegemonizados por discursos e ações de submissão a lógicas únicas e que, ultrapassados os primeiros resultados exultantes, não seria impedida a manutenção e mesmo o crescimento das desigualdades sociais e econômicas evitando "a cobiça imediata da associação subalterna, mas lucrativa, na exploração das imensas jazidas de petróleo do pré-sal e o temor de se ver reduzida a mera coadjuvante num país reduzido a exportador de carburante" (FONTES, 2010, p. 312). É também mister considerar que a lógica da integração nacional operacionalizada ocorreu em momentos em que o Estado estava distante da sociedade e que os reordenamentos da divisão territorial concentrou poderes econômicos e regionais e acirrou desigualdades sociais no conjunto da formação social, tanto dentro das distintas regiões quanto entre as regiões.

5. Considerações finais e uma pauta de investigação

As acelerações nas dinâmicas sociais e territoriais no Brasil indicam algumas transformações e permanências nas relações entre os diferentes agentes nas diversas escalas. Um dos acionadores das acelerações é o Estado brasileiro na última década tem sido ativo na elaboração e execução de políticas que objetivam inscrever o país nos circuitos das economias centrais, bem como assume papéis dirigentes nas estratégias de indução do crescimento econômico com ações de minimização das desigualdades sociais e territoriais. Entre os setores econômicos que aparecem com relevo está a construção naval, especialmente aquela vinculada ao ramo do petróleo e gás, colocando a PETROBRAS como protagonista.

Quais serão os desdobramentos sociais e territoriais da atual dinâmica? As respostas advirão de investigações que poderão ser pautadas pelos seguintes

questionamentos: a riqueza desenhada pela produção de petróleo e derivados somado à indústria naval permite identificar alterações nas condições de vida e de trabalho nas áreas que fazem parte das opções locacionais? Quais as novas contradições sociais e territoriais como os conflitos pelo uso de determinadas áreas ocupadas como moradias e/ou para trabalho, no descompasso entre as exigências laborais das empresas e do estado formativo e da estrutura demográfica dos trabalhadores locais, pois se estima em seis anos a maturação da base dos trabalhadores para as qualificações exigidas (PINHEIRO, 2008). Quais as alterações na dinâmica do preço da terra e dos imóveis?

O poder da Petrobrás, ou seja, sua capacidade de imposição econômica, política e ideológica, tornando-se hegemônica em determinadas áreas será capaz de destravar gargalos e diminuir índices de pobreza e desigualdade diferente do ocorrido no Recôncavo baiano como analisado por Brito (2004) e nos conflitos como aqueles ocorridos e em curso na Bolívia? Ou ainda: a capacidade de inovação que tem sido uma constante nas ações da empresa, seus associados e parceiros públicos e privados, será um componente importante para financiar processos que rompam o ciclo de dependência externa em relação aos produtos de alta tecnologia, posto que a indústria naval é considerada de médio-baixos tecnologia (ALMEIDA, 2011)?

As respostas podem auxiliar na construção de pactos de solidariedade territorial entre a União e as empresas, especialmente com estados e municípios que recebem determinados investimentos em compromissos para:

1. Obrigações das empresas estatais e privadas com os atingidos pelas obras e possíveis riscos, como em caso de eventos extremos e acidentes;

2. A criação de fundos compulsórios de longo prazo para a superar a estagnação, declínio e fim das atividades;

3. Fluxos permanentes para investimentos na formação escolar e de fundos de ciência e tecnologia para viabilizar pesquisa acadêmica pura e de ciências humanas, quebrando o circulo vicioso da pesquisa operacional e utilitária e para a qualificação dos trabalhadores e das infraestrutura das administrações municipais que recebem os investimentos para a o planejamento e gestão dos municípios atingidos direta e indiretamente pelos investimentos.

A pesquisa comprometida acadêmica e politicamente com o futuro do território, com base em sua formação social e nas diversas dinâmicas impostas ou negociadas por agentes de distintas dimensões e interesses pode compor um leque de oportunidades para transformar os limites e possibilidades em limiares para sociedade brasileira.

Referências

ALMEIDA, M. *Desafios da real política industrial brasileira no século XXI*. Brasília: IPEA, 2009, (texto de discussão n.1452).

BIONDI, A. *O Brasil privatizado*. S.Paulo: Perseu Abramo, 2000.

BNDES. Construção naval no Brasil e no Mundo. *Informe de Infra-estrutura*, n. 17. 1997.

BRITO, C. *A Petrobrás e a gestão do território no Recôncavo baiano*. Florianópolis: CFH. 2004 (tese de doutorado em Geografia).

BURDICK, D. L. e LEFFLER, W. L. *Petrochemicals- in non technical language*. 4.ed. Tulsa: Penwell, 2011.

CAMPOS, A. *Indústria do petróleo: reestruturação sul-america nos anos 90*. Rio de Janeiro: Interciência, 2007.

CASTRO, A. B. *7 ensaios sobre economia brasileira*. 2 vol. S. Paulo: Forense, 1971.

DINIZ, C. Território e nação. In: RESENDE, F. e TAFNER, R. (orgs). *Brasil - o Estado de nação*. R.Janeiro: IPEA, 2005, p. 157-197.

DOMINGUES, M. V. *SuperPorto do Rio Grande: plano e realidade: elementos para uma discussão*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995 (dissertação de mestrado em Geografia).

EGLER, C. *Crise e questão regional no Brasil*. Campinas: UNICAMP, 1993 (tese de doutorado em Economia).

FAY, C. A Questão do petróleo e as suas implicações na Guerra do Golfo. *Indicadores Econômicos*. v. 31, n.1, 2003, p. 59-74.

FISHLOW, A. *O novo Brasil*. São Paulo: Saint Paul Editora, 2010.

FONTES, V. *O Brasil e o capital financeiro*. 2ed. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde/Fundação Oswaldo Cruz, 2010.

FURTADO, C. Recuperar o dinamismo. In: CASTRO, A. B. et al (orgs.). *Brasil em desenvolvimento, v.1: economia, tecnologia e competitividade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 17-20.

FUSER, I. *Petróleo e poder: o envolvimento militar dos Estados Unidos no Golfo Pérsico*. São Paulo: EDUNESP, 2008.

GOLDENSTEIN. L. e SEABRA, M. Divisão territorial do trabalho e nova regionalização. São Paulo Paulo: *Revista do Departamento de Geografia/USP*, 1982, p. 21-47.

GONÇALVES, R. *O nó econômico*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2003.

_____. *Vagão descarrilhado; o Brasil e o futuro da economia global*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2002.

GOULARTI Jr., A. A trajetória da marinha mercante brasileira: administração, regime jurídico e planejamento. *Pesquisa & Debate*, v. 21 (2), 2010, p. 247-278.

_____. A história econômica da construção naval no Brasil: formação de aglomerado e performance. *Anais do XXVII Encontro Nacional de Economia*. Niterói: ANPEC, 2009.

GOVERNO DO ESTADO DO RS. *Diagnóstico e consolidação do Pólo Naval e Offshore de Rio Grande*. Porto Alegre-Rio Grande, 2009.

HOGUN, P. *Geopolítica da África*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

HOLLANDA FILHO, S. B. *Estrutura industrial no Brasil: concentração e diversificação*. São Paulo: USP (Tese de Doutorado em Economia), 1982.

LACOSTE, Y. *Geopolítica: la larga historia do presente*. Madrid: Sintesis, 2009.

LEFEBVRE, H. Les inégalités dans le MPE. In: *De L´État 3: Le mode de production* **étatique**. Paris: Union Générale D´Éditions, 1978, p. 269-372.

LE MONDE DIPLOMATIQUE. *Guerra no Ártico*. 2007.

_____. *Un mundo sin petroleo? Em busca de La energia solar.* 2006.

LIMA, G. *O soerguimento da construção naval brasileira nos anos 2000: uma análise neoshumpeteriana*. São Paulo: USP, 2009 (dissertação de mestrado em Economia).

MARUYAMA, S. *Aquecimento global?* S.Paulo: Oficina de Textos, 2009.

MATTOS DIAS, J.; QUAGLINO, M.. *A questão do petróleo no Brasil: uma história da Petrobras*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1993.

MOLION, L. Aquecimento global: uma visão crítica. *Revista Brasileira de Climatologia*. V.3/4, 2008, p. 7-24.

ODELL, P. *Geografia económica del petróleo*. Barcelona: Oiko-tau, 1968.

OLIVEIRA, C. *et al*. *Impactos macroeconômicos de investimentos na cadeia de petróleo brasileira*. Brasíla: IPEA, 2011 (texto de discussão n. 1657)

OLIVEIRA, F. *Quo vadis capitalismo*. Le Monde Diplomatique, 05 de maio de 2009.

_____. Mudança da divisão inter-regional do trabalho no Brasil. In: A *economia da dependência imperfeita*. 5. Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989, p. 39-75.

PIQUET, R. *Indústria e territ*ório no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

PINHEIRO, A. *Ciclos da construção naval no Brasil: análise crítico comparativa das políticas públicas*. Niterói: UFF, 2008 (dissertação de mestrado em Engenharia de Produção).

RANGEL, I. Características e Perspectivas da Integração das Economias Regionais. *Revista do BNDE*, 5(2), julho-dezembro, 1968, p. 43-71.

ROSEMBERG, N. *Por dentro da caixa-preta*. Campinas: EDUNICAMP, 2006.

SAMPSON, A. *As sete irmãs*. Rio de Janeiro: Arte-Nova, 1975.

SANTANA, A. O Brasil é a principal fronteira de expansão o petróleo no mundo. *Visão do Desenvolvimento*, n° 87, 2010.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

_____. O retorno do território. In: SANTOS, Milton *et alii* (orgs.). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1994, p. 11-14.

_____. A revolução tecnológica e o território: realidades e perspectivas. *Caderno Prudentino de Geografia*. Presidente Prudente: AGB- Seção Presidente Prudente, n. 13, 1991, p. 141-152.

_____. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e método. In: *Espaço e sociedade*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1982, p. 9-27.

_____. *Por uma Geografia Nova*. São Paulo: HUCITEC, 1978.

SANTOS, M. e SILVEIRA, M. L. *Brasil: território e sociedade no século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SCHNEIDER, M. *et al*. *Nuclear Power in Post-Fukuschima World: 25 years after the Chernobyl accident*. Paris-Berlin-Washington: Worldwatch Institute, 2011.

SCHUCHARDT, U. e RIBEIRO, M.L. A indústria petroquímica no próximo século: como substituir o petróleo como matéria-prima? *Química Nova*, n.2. 2001, p. 247-251.

SEIFERT, T. *El libro negro del petroleo: una historia de codicia, guerra, poder y dinero*. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2009.

SILVA, C. O complexo industrial portuário de Suape enquanto instrumento de política territorial. *Cadernos Estudos Sociais-FUNDAJ*, v.8, n.2, 1992, p. 165-184.

SMITH, L. *O novo Norte- o mundo em 2050*. Lisboa: Dom Quixote, 2011.
VAINER, C. As escalas de poder e o poder das escalas: o que pode o local? *Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR*. Rio Janeiro,v. 1, 2001, p. 140-151.

WALLERSTEIN, I. Mudando a geopolítica do sistema-mundo: 1945-2025. In: SADER, E.; SANTOS, T. (coords.). *A América Latina e os desafios da globalização*. Rio de Janeiro/São Paulo: PUC-RJ/ Boitempo, 2009, p. 53-78.